



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

PANORAMA CONJUNTURAL

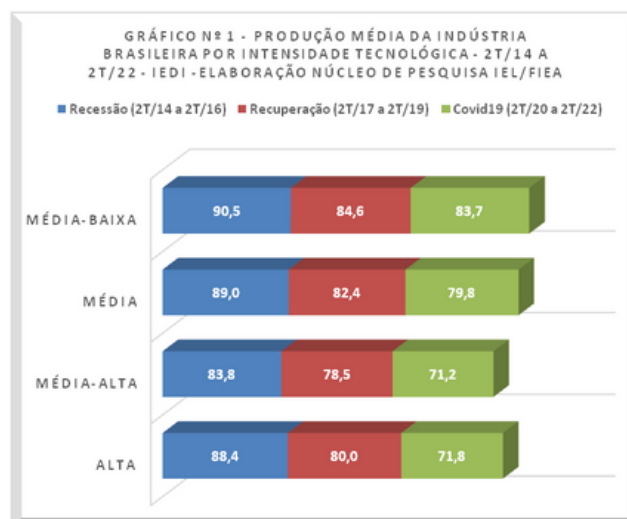
Setembro de 2022

Indústria brasileira por intensidade tecnológica

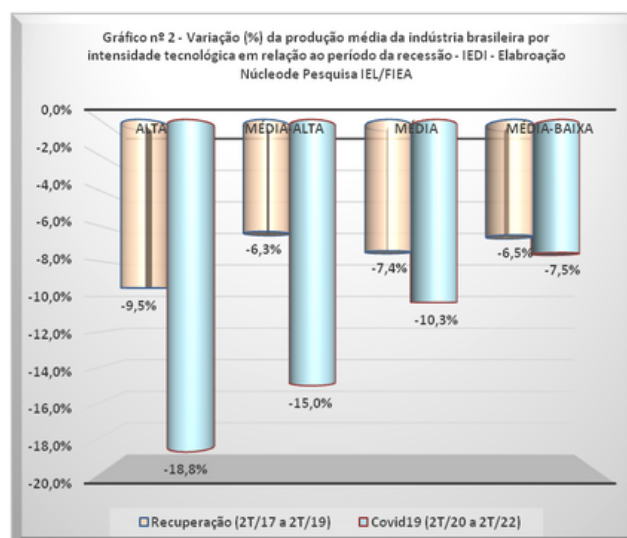
Os dados da produção média da indústria brasileira por intensidade tecnológica a partir de 2014 são preocupantes, como pode ser observado no gráfico nº 1. Desde a recessão até a Covid19 houve queda na produção nos quatro níveis tecnológicos da indústria. Tomando-se a média da recessão como base, no período da recuperação os setores de alta, média-alta, média e média-baixa intensidade tecnológica apresentaram retrações de -9,5%, -6,3%, -7,4% e -6,5%. Usando a mesma métrica para o caso do advento da Covid19 as quedas são bem mais pronunciadas, ou seja, -18,8%, -15%, -10,3% e -7,5%, respectivamente. Tal dinâmica da indústria brasileira tem tido reflexos negativos seja na balança comercial, seja em termos de competitividade da indústria. O déficit em bilhões de dólares dos setores da indústria que mais usam tecnologia, na comparação do primeiro semestre de 2015 com igual período em 2022, passou na alta-tecnologia de -12,7 para -21,1 e na média-alta tecnologia de -24,4 para -38,5, respectivamente. De acordo com o IEDI[1], “A análise do comércio exterior da indústria de transformação a partir dos grupos por intensidade tecnológica, segundo a metodologia da OCDE, mostra duas evoluções opostas do saldo comercial: deterioração dos grupos de maior intensidade e reforço do superávit dos grupos de menor intensidade tecnológica”.

Apesar da China ser um país de renda média assim como o Brasil encontra-se em primeiro lugar no ranking de participação nas exportações mundiais da indústria de transformação, enquanto este último ocupa a 31ª posição, o que demonstra a limitada capacidade de competir de nossa indústria. No contexto global, a nossa produção manufatureira perdeu 18 posições e encerrou o primeiro semestre de 2022 na 100ª colocação em uma listagem de 113 países.

Segundo a CNI[2], “A participação do Brasil na produção mundial da indústria de transformação vem em tendência de queda desde 1996. No entanto, o país se manteve entre os 10 maiores produtores industriais do mundo, até 2014. Com a recessão de 2014–2016 e a desvalorização do real, o país perdeu posições para o México e a Indonésia. Em 2018, foi ultrapassado por Taiwan e Rússia e, em 2021, pela Turquia”.



Fonte: Núcleo de Pesquisa IEL/AL



Fonte: Núcleo de Pesquisa IEL/AL

Em outro estudo, o IEDI[3] apresenta os multiplicadores setoriais em 2021: Serviços de 1,5; Construção de 2,07; Eletricidade e gás, água, esgoto e gestão de resíduos de 1,91; Indústria de transformação de 2,22; Indústrias extrativas de 1,74; e Agropecuária de 1,69. Os dados deixam claro que os maiores multiplicadores estão no setor industrial, o qual vem sendo fortemente penalizado pela política econômica adotada no Brasil. Em síntese, políticas de juros altos, câmbio apreciado e de concentração da renda têm levado a indústria brasileira a ter dificuldade para crescer, inovar e aumentar a sua produtividade.

IPCA tem deflação pelo terceiro mês seguido

Pelo terceiro mês seguido, o IPCA mensal registrou deflação de menor magnitude 0,26% com o índice acumulado em doze meses retraindo 1,6%, ou seja, passando de 8,7% em agosto para 7,2% em setembro (ver gráfico nº 4). Por sua vez, os dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), a partir da diferença entre os títulos públicos pré-fixados e os corrigidos pelo IPCA, no vértice de 252 dias úteis, reverteu a tendência, ou seja, registrou 6,4% contra o patamar de 5,3% há um mês. A mediana do mercado financeiro para a inflação esperada nos próximos doze meses, pesquisa FOCUS/BCB, também apresentou expectativa de crescimento da inflação passando de 4,98% para 5,20%.

Dois fatores podem estar atrás dessa tendência de alta da inflação. O mercado começa a se convencer quanto ao caráter temporário da queda no IPCA, visto que a deflação nos últimos três meses está diretamente associada ao efeito da redução das tarifas do ICMS sobre tarifas de energia e combustíveis (álcool, gasolina e diesel) assim como o comportamento dos preços das commodities, que não deve perdurar por muito tempo em virtude das oscilações dos preços, principalmente do petróleo, em nível internacional. Além do efeito ICMS, a Petrobrás vinha reduzindo os preços dos combustíveis nas refinarias repassando, com mais frequência, as quedas das cotações do Brent em nível internacional, mas já começa a acusar defasagem nos preços internos em virtude da majoração dos preços do petróleo e oscilações mais pronunciadas do Real frente ao Dólar.

É importante salientar que dos itens que compõem o IPCA só habitação e transporte apresentaram inflação abaixo da registrada comparando-se a média de junho a setembro de 2021 com a de 2022. No primeiro caso passou de 11,3% para 4,7% e no segundo de 16,4% para 8,1%. Em relação aos demais itens todos estão acima da média do mesmo período do ano anterior. Ou seja, respectivamente, alimentação 13,1% e 13,4%; artigos de residência 12,5% e 12,9%; vestuário 5,9% e 17,5%; comunicação 1,7% e 2,4%; saúde e cuidados pessoais 3,4% e 7,8%; despesas pessoais 2,8% e 7,9%; e educação 1,1% e 7,0%. Reforçando que as medidas acima afetaram parcialmente o IPCA.

O outro fator está diretamente associado ao risco fiscal em função de uma série de medidas e pacotes nos últimos meses, com impacto direto de pelo menos R\$ 68,0 bilhões nos cofres da União até o fim deste ano, que levará a necessidade de ajustes no próximo ano (Valor Econômico[1]), seja com o aumento dos impostos, seja com maior corte de gastos públicos. Até o momento, dentro das despesas discricionárias, o investimento em infraestrutura (principalmente, física e tecnológica) tem contribuído para comprometer a capacidade, notadamente da indústria, como apresentado acima, de se modernizar e competir nos mercados de maior intensidade tecnológica.

A influência desses fatores nas expectativas do mercado explica, em grande medida, a resiliência das projeções para a inflação de 2023 e 2024 que se mantém acima da meta (com 5% e 3,4%, respectivamente), reforçando os sinais de desancoragem das expectativas em relação ao IPCA. No tocante a taxa de juros básica (Selic), a mediana das estimativas dos analistas de mercado prevê interrupção do ciclo de alta em 2022 nos atuais 13,75% e redução da taxa em 2023 e 2024 atingindo os patamares de 11,25%a.a. e 8,0%a.a. A curva DI[2] para janeiro de 2023 e 2024, por outro lado, projeta taxas de 13,7%a.a. e 12,0%a.a., bem acima das captadas pela pesquisa FOCUS/BCB e isto pode ser explicado pelo fato da inflação implícita calculada pela ANBIMA estar em um patamar mais elevado do que a esperada pelo BCB. Independentemente desta divergência de estimativas, aumentou a probabilidade de interrupção no ciclo de alta da Selic, mas o processo de baixa pode ser dar em ritmos diferentes.

Do ponto de vista da conjuntura internacional, a perspectiva é de que os bancos centrais dos países desenvolvidos continuarão aumentando suas taxas básicas de juros com reflexos negativos sobre as taxas de câmbio dos países em desenvolvimento, como o Brasil. No caso dos EUA, a resiliência da inflação no patamar 8,2% (nos últimos 12 meses) tem levado 96% do mercado, de acordo com o monitor do FED, a esperar aumento de 0,75% na taxa básica na reunião do dia 02/11/22. Na zona do EURO, a inflação chegou a 10% em setembro, o que obrigará a continuidade dos aumentos de 0,75% na taxa básica de juros pelo BCE. A economia chinesa tem desacelerado, em função de sua política de COVID19 zero, puxando para baixo as estimativas de crescimento da economia global.

[4] Pacote de 'bondades' tem impacto de R\$ 68 bi | Eleições 2022 | Valor Econômico (globo.com)

[5] Taxa média de Depósitos Interfinanceiros de um dia.

IPCA tem deflação pelo terceiro mês seguido

Pelo terceiro mês seguido, o IPCA mensal registrou deflação de menor magnitude 0,26% com o índice acumulado em doze meses retraindo 1,6%, ou seja, passando de 8,7% em agosto para 7,2% em setembro (ver gráfico nº 4). Por sua vez, os dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), a partir da diferença entre os títulos públicos pré-fixados e os corrigidos pelo IPCA, no vértice de 252 dias úteis, reverteu a tendência, ou seja, registrou 6,4% contra o patamar de 5,3% há um mês. A mediana do mercado financeiro para a inflação esperada nos próximos doze meses, pesquisa FOCUS/BCB, também apresentou expectativa de crescimento da inflação passando de 4,98% para 5,20%.

Dois fatores podem estar atrás dessa tendência de alta da inflação. O mercado começa a se convencer quanto ao caráter temporário da queda no IPCA, visto que a deflação nos últimos três meses está diretamente associada ao efeito da redução das tarifas do ICMS sobre tarifas de energia e combustíveis (álcool, gasolina e diesel) assim como o comportamento dos preços das commodities, que não deve perdurar por muito tempo em virtude das oscilações dos preços, principalmente do petróleo, em nível internacional. Além do efeito ICMS, a Petrobrás vinha reduzindo os preços dos combustíveis nas refinarias repassando, com mais frequência, as quedas das cotações do Brent em nível internacional, mas já começa a acusar defasagem nos preços internos em virtude da majoração dos preços do petróleo e oscilações mais pronunciadas do Real frente ao Dólar.

É importante salientar que dos itens que compõem o IPCA só habitação e transporte apresentaram inflação abaixo da registrada comparando-se a média de junho a setembro de 2021 com a de 2022. No primeiro caso passou de 11,3% para 4,7% e no segundo de 16,4% para 8,1%. Em relação aos demais itens todos estão acima da média do mesmo período do ano anterior. Ou seja, respectivamente, alimentação 13,1% e 13,4%; artigos de residência 12,5% e 12,9%; vestuário 5,9% e 17,5%; comunicação 1,7% e 2,4%; saúde e cuidados pessoais 3,4% e 7,8%; despesas pessoais 2,8% e 7,9%; e educação 1,1% e 7,0%. Reforçando que as medidas acima afetaram parcialmente o IPCA.

O outro fator está diretamente associado ao risco fiscal em função de uma série de medidas e pacotes nos últimos meses, com impacto direto de pelo menos R\$ 68,0 bilhões nos cofres da União até o fim deste ano, que levará a necessidade de ajustes no próximo ano (Valor Econômico[1]), seja com o aumento dos impostos, seja com maior corte de gastos públicos. Até o momento, dentro das despesas discricionárias, o investimento em infraestrutura (principalmente, física e tecnológica) tem contribuído para comprometer a capacidade, notadamente da indústria, como apresentado acima, de se modernizar e competir nos mercados de maior intensidade tecnológica.

A influência desses fatores nas expectativas do mercado explica, em grande medida, a resiliência das projeções para a inflação de 2023 e 2024 que se mantém acima da meta (com 5% e 3,4%, respectivamente), reforçando os sinais de desancoragem das expectativas em relação ao IPCA. No tocante a taxa de juros básica (Selic), a mediana das estimativas dos analistas de mercado prevê interrupção do ciclo de alta em 2022 nos atuais 13,75% e redução da taxa em 2023 e 2024 atingindo os patamares de 11,25%a.a. e 8,0%a.a. A curva DI[2] para janeiro de 2023 e 2024, por outro lado, projeta taxas de 13,7%a.a. e 12,0%a.a., bem acima das captadas pela pesquisa FOCUS/BCB e isto pode ser explicado pelo fato da inflação implícita calculada pela ANBIMA estar em um patamar mais elevado do que a esperada pelo BCB. Independentemente desta divergência de estimativas, aumentou a probabilidade de interrupção no ciclo de alta da Selic, mas o processo de baixa pode ser dar em ritmos diferentes.

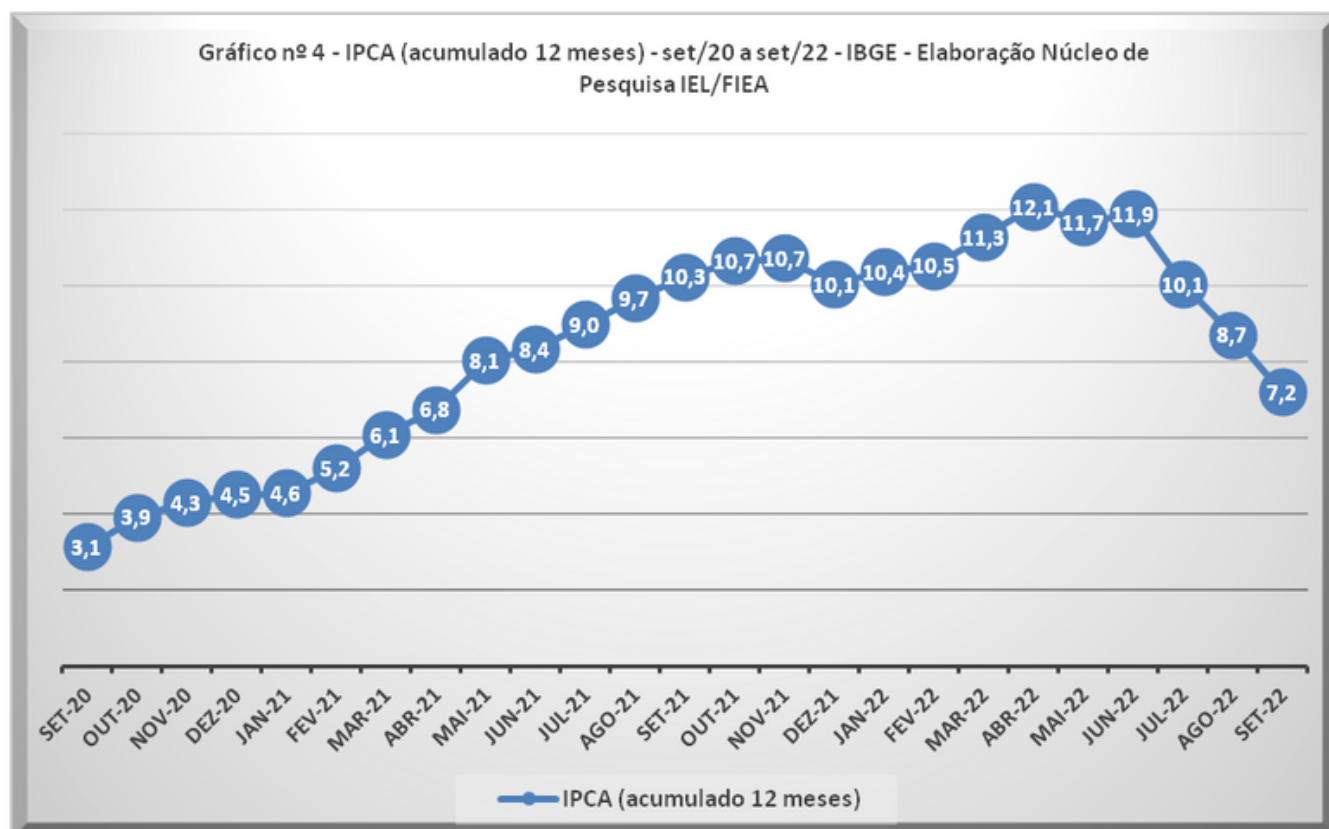
Do ponto de vista da conjuntura internacional, a perspectiva é de que os bancos centrais dos países desenvolvidos continuarão aumentando suas taxas básicas de juros com reflexos negativos sobre as taxas de câmbio dos países em desenvolvimento, como o Brasil. No caso dos EUA, a resiliência da inflação no patamar 8,2% (nos últimos 12 meses) tem levado 96% do mercado, de acordo com o monitor do FED, a esperar aumento de 0,75% na taxa básica na reunião do dia 02/11/22. Na zona do EURO, a inflação chegou a 10% em setembro, o que obrigará a continuidade dos aumentos de 0,75% na taxa básica de juros pelo BCE. A economia chinesa tem desacelerado, em função de sua política de COVID19 zero, puxando para baixo as estimativas de crescimento da economia global.

[4] Pacote de 'bondades' tem impacto de R\$ 68 bi | Eleições 2022 | Valor Econômico (globo.com)

[5] Taxa média de Depósitos Interfinanceiros de um dia.

A deflação de julho de 2022

No último World Economic Outlook Growth Projections (FMI), a sinalização é de desaceleração pronunciada nas taxas de crescimento da economia global que passaria de 3,2% em 2022 para 2,7% em 2023 puxada, principalmente, pelas economias avançadas com 2,4% e 1,1%, respectivamente. No caso do Brasil, a taxa cairia para 1% contra 2,8% em 2022. Ou seja, as perspectivas não são nada animadoras para o próximo ano, seja no contexto da economia nacional, seja em nível internacional.



Fonte: Núcleo de Pesquisa IEL/AL

A produção industrial brasileira em agosto de 2022

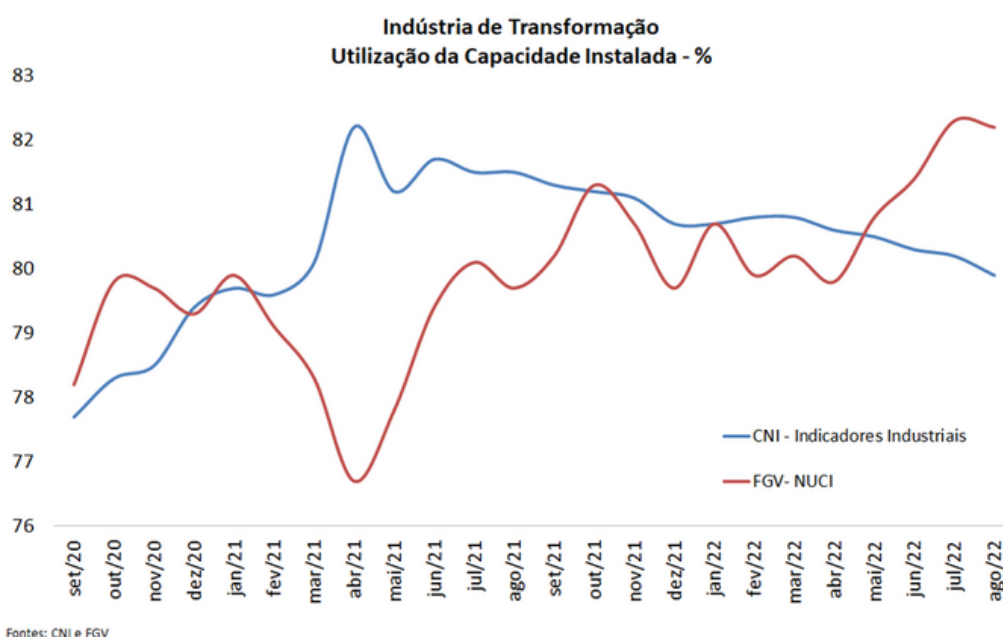
A indústria brasileira em agosto de 2022 registrou queda de 0,6% na produção, no levantamento com ajuste sazonal. Na comparação com o mesmo mês em 2021 a produção industrial cresceu 2,8%, e reverteu a dinâmica de retração exibida em julho quando obteve queda de 0,5% (na mesma métrica). De acordo com avaliação do IEDI[1], “Na virada do semestre, a indústria brasileira assumiu uma trajetória de oscilação sem que o resultado final fosse à expansão de sua produção. É como se não tivesse saído do lugar desde o final do primeiro trimestre do ano. Frente a 2021, contudo, as bases de comparação ajudam e há alguma amenização do quadro industrial.”

Variações da Produção Industrial %

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	-0,6	2,8	-1,3	-2,7
Bens de capital	5,2	4,0	-1,2	1,7
Bens intermediários	-1,4	2,1	-1,1	-2,2
Bens de consumo	-1,0	4,0	-1,9	-5,1
Bens de consumo duráveis	6,1	13,6	-7,2	-12,9
Semiduráveis e não duráveis	-1,4	1,9	-0,6	-3,0
Extrativa Mineral	-3,6	-7,3	-3,8	-2,1
Transformação	-0,2	4,1	-1,0	-2,8

Fonte: IBGE.

Ainda segundo o IEDI, “Em ago/22, a utilização da capacidade instalada da indústria de transformação, de acordo com a série da FGV com ajustes sazonais, ficou praticamente estável na passagem de jul/22 (82,3%) para ago/22, quando registrou valor de 82,2%. Tais patamares superam a média histórica anterior à Covid-19 (79,5%). O indicador da CNI, com ajuste sazonal, vem se mantendo em patamar muito semelhante desde jan/22, apontando para a relativa estagnação do setor, mas em ago/22 ficou abaixo de 80% pela primeira vez desde fev/21. De jul/22 para ago/22, variou de 80,1% para 79,9%, distanciando-se mais da média histórica anterior à pandemia de Covid-19 (isto é, até fev/20), que é de 80,7%.”



A produção industrial brasileira em junho de 2022

Índice de Preço (%)	2021				2022								
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET
IGP-DI	-0,55	1,60	-0,58	1,25	2,01	1,50	2,37	0,41	0,69	0,62	-0,38	-0,55	-1,22
INCC-DI	0,51	0,86	0,67	0,35	0,71	0,38	0,86	0,95	2,28	2,14	0,86	0,09	0,09
IGP-M	-0,64	0,64	0,02	0,87	1,82	1,83	1,74	1,41	0,52	0,59	0,21	-0,70	-0,95
IPC-M	1,19	1,05	0,93	0,84	0,42	0,33	0,86	1,53	0,35	0,71	-0,28	-1,18	-0,08
IPA-M	-1,21	0,53	-0,29	0,95	2,30	2,36	2,07	1,45	0,45	0,30	0,21	-0,71	-1,27
INCC-M	0,56	0,80	0,71	0,30	0,64	0,48	0,73	0,87	1,49	2,81	1,16	0,33	0,10
IPC-FIPE	1,13	1,00	0,72	0,57	0,74	0,90	1,28	1,62	0,42	0,28	0,16	0,12	0,12
INPC	1,20	1,16	0,84	0,73	0,67	1,00	1,71	1,04	0,45	0,62	-0,60	-0,31	-0,32
IPCA	1,16	1,25	0,95	0,73	0,54	1,01	1,62	1,06	0,47	0,67	-0,68	-0,36	-0,29

	Indicadores de Confiança I		
	Indicadores do Cenário Externo		
	Taxa de Juros Títulos do Tesouro Americano 10 anos	Preço do Petróleo (Brent) em US\$	Ouro - Nova York (Fixing) em US\$
set/21	1,49	83,63	1.766,77
out/21	1,56	82,81	1.786,51
nov/21	1,46	81,60	1.814,84
dez/21	1,51	83,62	1.826,62
jan/22	1,78	104,55	1.913,20
fev/22	1,82	106,89	1.921,20
mar/22	2,35	108,78	1.942,54
abr/22	2,94	106,83	1.911,69
mai/22	2,85	110,96	1.842,18
jun/22	3,02	104,46	1.817,88
jul/22	2,66	97,72	1.735,94
ago/22	3,20	90,88	1.677,89
set/22	3,83	91,36	1.660,04

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB)/ (FED)

Indicadores de Confiança II	
Meses	Risco Brasil
set/21	314
out/21	337
nov/21	350
dez/21	337
jan/22	331
fev/22	332
mar/22	293
abr/22	321
mai/22	314
jun/22	334
jul/22	348
ago/22	295
set/22	275

Fonte: IPEADATA

Meses	Indicadores de Confiança III						
	Taxa de Câmbio Fim de Período R\$/US\$ - Vendas	Swap de 1 ano	Inflação esperada nos próximos 12 meses Mediana	Taxa de Juros Real Ex-Ant	IPCA nos últimos doze Meses	Taxa de Juros Selic (% a.a)	Taxa Real Esperada Selic (a.a)
set/21	5,44	8,70	5,36	3,17	10,24	6,15	-3,71
out/21	5,64	9,82	5,54	4,06	10,67	7,65	-2,73
nov/21	5,62	11,94	5,88	5,72	10,73	7,65	-2,78
dez/21	5,58	11,54	5,17	6,05	10,06	9,15	-0,83
jan/22	5,36	12,25	5,40	6,50	10,37	9,25	-1,01
fev/22	5,14	12,47	5,60	6,51	10,54	10,59	0,05
mar/22	4,74	12,72	5,70	6,64	11,30	11,25	-0,04
abr/22	4,92	13,01	5,90	6,71	12,13	11,75	-0,34
mai/22	4,73	13,39	6,40	6,57	11,73	12,65	0,82
jun/22	5,24	13,78	5,87	7,47	11,89	13,15	1,13
jul/22	5,19	13,72	4,80	8,51	10,07	13,15	2,80
ago/22	5,18	13,44	5,17	7,86	8,73	13,65	4,52
set/22	5,41	13,21	5,11	7,71	7,17	13,65	6,05

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

INDICADORES DE DESEMPENHO

PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

Presidente:

José Carlos Lyra de Andrade

1º Vice-presidente

José da Silva Nogueira Filho

UNIDADE TÉCNICA – UNITEC/FIEA

Coordenador

Helvio Braga VilasBoas

Elaboração

Núcleo de Pesquisas do IEL/AL

COORDENADORA

Eliana Sá

Informações Técnicas

Reynaldo Rubem Ferreira Júnior
Luciana Santa Rita

Consultora GI

Morgana Maria Machado Moura

Estagiários

Alexandre Freire de Albuquerque Alves
Caio Túlio Roberto de Melo Cavalcante
Juliana Alves de Melo
Pedro Monteiro de Oliveira



Contato
(82) 2121-3085
(Eliana Sá)